

## Editorial

### *Entre Desigualdades e Resistências*

Editorial - *Between Unequalities and Resistance*



A questão social surge no século XVIII em meio às revoluções burguesas liberais: Revolução Industrial na Inglaterra (1760); Independência dos EUA (1776); Revolução Francesa (1789); golpe e ascensão de Napoleão Bonaparte (1799). Neste período, consolida-se o capitalismo industrial e liberal, evidencia-se a formação do proletariado e surgem as ideias socialistas e anarquistas como contraponto. Resulta, portanto, da contradição entre capital e trabalho como decorrência de um capitalismo que amadurece, porém não sem a resistência dos sujeitos que busca subalternizar (SEVERINO, 1993).

Suas refrações se materializam na desvalorização, na miséria, na discriminação, no desemprego, na precarização, na violência contra mulheres, crianças, idosos, moradores de rua, trabalhadores. Além disso, manifestam-se também a partir de movimentos de resistência, como os movimentos sociais e comunitários, como as políticas conquistadas, as iniciativas e organizações populares, constituindo-se, portanto, em um espaço contraditório, pleno de possibilidades de mediação e superação pelo trabalho concreto e coletivo de homens e mulheres.

Essas desigualdades e resistências assumem características diversas em campos sócio-ocupacionais distintos, em termos de necessidades/demandas e respostas. Por essa razão é tão importante a mediação no trato da questão social que particulariza o Serviço Social nos mais diversos espaços e junto às demais áreas que partilham a inserção em processos comuns de trabalho. É importante reconhecer também sua gênese comum, muitas vezes subsumida em aspectos subjetivos, simbólicos ou fragmentados, em razão do processo de alienação que mascara o real, o que é característico do modo de produção capitalista.

Analisar, desocultar e propor alternativas para intervir no enfrentamento às expressões da questão social requerem ir além do aparente, além do explícito. Enfrentar a questão social é ouvir o que não é dito, é instigar a pronúncia daqueles para os quais o mundo não tem ouvidos, aqueles que movem o mundo, os que constroem prédios, limpam as ruas, alfabetizam as crianças, que produzem a riqueza, mas que, muitas vezes, sequer têm acesso a uma subsistência digna. Como dizia Paulo Freire (1979), a transformação, antes que um problema de métodos e técnicas, é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e a sociedade.

Mas não só a expressão dos sujeitos é contraprova histórica da realidade desigual. Os dados que explicitam as condições de vida no cenário nacional mostram que, no Brasil, apenas 10% da população concentra a posse de 4/5 da riqueza contabilizada, convergindo ao mesmo quadro a constatação de que a nação possui cerca de 60 milhões de famílias, somente 5 mil delas absorvem 45% de toda a riqueza e renda nacional. E esta é uma condição desigual que perdura desde o período colonial, quando 10% da população absorviam 2/3 da riqueza, evidenciando uma inalterada e inaceitável desigualdade social (POCHMANN, 2010). E como bem expressa Coutinho (2006), quando há desigualdades excessivas, não pode haver cidadania; e onde não há cidadania, não há democracia.

Há que se reconhecer, por outro lado, que algumas iniciativas têm logrado a alteração de indicadores de vulnerabilidade, como, por exemplo, o impacto dos benefícios da Previdência e Assistência Social, conforme destaca Pochmann (2010, p. 126) que, associados à elevação do salário mínimo, evitaram “que quase 45% dos brasileiros se encontrassem na condição de pobreza extrema”. Destaca o autor que, entre 1988 e 2008, a taxa de pobreza caiu de 41,7% para 25,3%, ressaltando ainda, no mesmo período, a queda de 62% na taxa de mortalidade infantil, favorecendo a ampliação da expectativa de vida que passa de 50,8 anos em 1988 para 72,8 anos em 2008 (POCHMANN, 2010, p. 26).

Mas, como destaca Fontes (2010, p. 13), no Brasil, em plena crise internacional, é impulsionado um novo desenvolvimentismo com “sabor duplo, futurista e passadista, sugerindo discreta ou abertamente uma retomada da década de 1950”. Justifica-se pelo argumento de buscar o desenvolvimento, o aumento do consumo, do emprego, da democracia, discurso que mescla “elementos verdadeiros de maneira limitada e incompleta”, forjando uma espécie de “historiografia mitológica e simplificada” (FONTES, 2010, p. 14).

É necessário reconhecer que as políticas sociais, em que pese seu caráter contraditório, são espaços de resistência, sendo fundamental seu desocultamento atento para instigar-se a prevalência de seus aspectos emancipatórios, permitindo que a crítica realizada com essa perspectiva possa, sem dúvidas, contribuir para o seu aprimoramento. As pesquisas e produções da área dão visibilidade a estes processos em suas múltiplas determinações podendo subsidiar, portanto, alternativas contra-hegemônicas.

Quanto mais amplas forem as cadeias de mediações, maior a possibilidade de contribuição para o desocultamento e a redução de desigualdades, bem como para a identificação, reconhecimento e o fortalecimento de resistências, na perspectiva de materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano de trabalho dos profissionais e pesquisadores.

Falar dos valores que orientam o projeto ético-político profissional hoje, o que inclui a formação, é reconhecer o compromisso social da área com a construção dessa contra-hegemonia direcionada,

para o fortalecimento e aplicação do conhecimento em prol da redução da desigualdade, pelo enfrentamento da pobreza, para o acesso de todos a bens e serviços que garantam uma vida digna, pelo fortalecimento e organização das classes subalternizadas da sociedade, para que o controle social das políticas públicas e da política econômica seja desenvolvido de baixo para cima (SILVA; YAZBEK; SILVA, 2005, p. 30).

O que significa, conforme Iamamoto (2004), atuar “na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam”. Estes os desafios contemporâneos da formação, do exercício e da produção de conhecimentos profissionais.

No contexto atual, a grande maioria das pessoas é alijada das possibilidades de construir com dignidade seu processo de desenvolvimento humano, o que, segundo Martin e Schumann (1998), no decorrer do século XXI, será profundamente agravado. Falam os autores da sociedade 20 por 80, onde serão suficientes apenas 20% da população em condições de trabalhar para manter o ritmo da economia mundial, e a mão de obra adicional, segundo suas palavras, não será necessária, sendo esta constituída pelos restantes 80% da população mundial, simplesmente considerada descartável (PRATES, 2003).

Descartáveis, sobrantes, desfilados, retirantes, os muitos Fabianos de Graciliano Ramos (2002) continuam com medo de não saber falar palavras bonitas e serem presos pelos “soldados amarelos” ou serem ludibriados em razão do que não conseguem decodificar, pois esse mundo que exige cada vez mais pronúncias requintadas, virtuais, polivalentes, não guarda espaço para todos. Por isso, somos desafiados a superar as palavras de efeito, pela possibilidade concreta de materializar alternativas, para que não busquemos dar sentido ao que não tem sentido. A exploração e a violação de direitos não têm sentido, em nenhuma hipótese. Não é possível conviver com “um pouco menos de exploração e violação”,

precisamos ter como horizonte bani-las. Isto significa a recusa de consensos que apenas as amenizam e reduzem o acirramento das contradições.

Isto não significa, no entanto, a recusa por ocupar espaços e buscar ampliá-los. O reconhecimento das contradições como negações inclusivas, ao contrário, implica a apreensão das forças em disputa e a crença na possibilidade humana de superação. Antes, implica assumir o compromisso social com o enfrentamento das desigualdades, considerando que as pesquisas e produções socializadas têm o intuito de provocar a reflexão, instigando processos sociais emancipatórios e estimulando a realização de novos debates e produções que, de alguma forma, contribuam para a construção de novos patamares de sociabilidade.

Nessa perspectiva, a revista *Textos & Contextos (Porto Alegre)* tem como linha editorial produções do interesse do Serviço Social e áreas afins, relacionadas com as expressões da questão social, situadas no contexto das transformações societárias contemporâneas, em especial temas que contribuam para o debate sobre as relações entre Estado e sociedade, políticas sociais, formação e trabalho profissional, processos de trabalho e processos sociais, tematizando exigências às competências que se colocam ao Serviço Social e áreas afins no tempo presente. A Revista vem a público para lançar seu número 9, volume 2.

Reconhecida como uma das mais relevantes do país nessa área, neste sentido recebendo menção durante a reunião nacional de editores, realizada no último Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (RJ, dezembro de 2010) na UERJ, a Revista vinculada ao PPGSS tem buscado qualificar-se progressivamente e ampliar o seu âmbito de circulação. Neste ano, conta com o apoio da CAPES para a qualificação de periódicos, o que tem garantido a possibilidade de traduzir para a língua inglesa o editorial e o artigo de abertura do primeiro eixo, o que sem dúvida tem contribuído para a ampliação do seu círculo de acesso em nível internacional. Indexada recentemente em *Sumários de Revistas Brasileiras* e, atualmente, contando com quatro indexações nacionais e internacionais, somente no mês de novembro de 2010 obteve 9.266 acessos, dos quais 8.386 do Brasil, 546 dos Estados Unidos, 268 de Portugal, 20 da Argentina, 17 da Colômbia, 15 do Japão, 12 de Moçambique e 2 do Peru. A revista tem recebido acessos originários dos mais diversos continentes, o que pode ser melhor visualizado na figura que segue:



Fonte: <http://www.histats.com>. Acesso em: dez. 2010.

O número 2, volume 9, apresenta quatorze artigos, dos quais um é internacional e treze advindos das mais diversas regiões do Brasil. As produções desse volume concentram quatro artigos do RS, sendo dois de Porto Alegre, e dois das regiões gaúchas do Vale dos Sinos (NH) e da Região Central (SM). Os demais 70% são provenientes dos estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Piauí.

A maioria das produções é resultado de pesquisas (8 de 13) sendo que duas delas são investigações produzidas durante a realização de cursos de mestrado. Muitas articulam o trabalho coletivo entre docentes, discentes e parceiros de diferentes campos sócio-ocupacionais, evidenciando a interface realizada para a produção de conhecimentos por parte das diferentes Instituições de Ensino.

É incontestável a importância da investigação e de uma formação que privilegie a capacidade investigativa para aprimorar o trabalho profissional, produzindo conhecimentos sobre o seu modo de constituição e sobre os desafios do contexto social no qual está inserido e que o condiciona.

A investigação se constitui em uma das principais ferramentas para desocultar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no Estado, nas políticas sociais, contexto que materializa o sociometabolismo do capital. Isso exige dos profissionais avaliações atualizadas que contemplem múltiplas áreas do saber e sua interconexão necessária (PRATES, 2010).

A contribuição dessas produções merece destaque não só pelo seu significado em termos de produção de conhecimento, mas pelo que podem mobilizar junto ao conjunto de sujeitos que de algum modo nela se envolveram, como colaboradores na sua produção, como pesquisados ou como beneficiários dos serviços ou processos problematizados que se constituíram como objetos de estudo.

Os eixos privilegiados nesse volume foram: Trabalho do Assistente Social, com três artigos; Direitos Humanos, com três artigos; Política de Assistência Social e Previdência Social, com quatro artigos e Política de Saúde, com quatro artigos.

## **Eixo I – Trabalho do Assistente Social**

Os artigos apresentados nesse eixo versam respectivamente sobre a intervenção de assistentes sociais em diversos campos sócio-ocupacionais e o modo como apreendem a questão social e o trabalho do assistente social em indústrias de grande porte, além dos impactos da reestruturação produtiva nas condições de trabalho dos profissionais e sujeitos usuários. Por fim, a intervenção do assistente social na área da saúde mental, enfatizando a articulação do trabalho em redes. Embora em espaços diversos, trazem como debate central e como elemento comum o trabalho do assistente social sob várias perspectivas, destacando possibilidades e limites para a intervenção desse profissional no contexto presente.

## **Eixo 2 – Direitos Humanos**

As produções que compõem este eixo abordam ações afirmativas, trazendo à reflexão a política de cotas raciais em universidades públicas como alternativa de inclusão da população negra. Logo, apresenta-se um artigo que debate o direito do idoso ao cuidado pela família a partir de estudos relativos à proteção da pessoa idosa realizados em Portugal. O terceiro artigo apresentado neste eixo versa sobre a efetivação dos processos de democratização, participação e controle social, tendo como lócus um conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente e buscando identificar, a partir da reconstituição histórica dessa instância organizativa, elementos impulsionadores e inibidores de seu desenvolvimento.

### Eixo 3 – Política de Assistência Social e Previdência Social

Este eixo inicia por um artigo que aborda as estreitas relações existentes entre a Política Social e o Serviço Social, recuperando a história das políticas e da profissão no âmbito latino-americano, destacando a característica antidemocrática peculiar ao sistema capitalista e as possibilidades de reduzir politicamente a sua vigência pelo Estado, a partir do direito trabalhista e das políticas sociais.

Dando prosseguimento, apresenta-se uma produção, que é resultado de pesquisa realizada em âmbito local, e que problematiza a efetividade do trabalho realizado nos CRAS para enfrentamento à pobreza. O artigo seguinte pauta-se também na experiência de materialização da Política de Assistência Social, no âmbito da Proteção Básica, a partir dos CRAS; enfatiza, contudo, o processo de mobilização e consolidação da rede socioassistencial. A produção que dá continuidade a este eixo, também pautada numa pesquisa realizada junto aos pensionistas do Instituto de Previdência do Município de Medianeira/PR (PREMED), apresenta a caracterização dos usuários servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, com vistas a subsidiar possíveis avaliações da PREMEDI.

### Eixo 4 – Política de Saúde

O artigo que dá início a este eixo versa sobre os impactos do neoliberalismo no Sistema Único de Saúde – SUS, enfatizando a contradição entre os projetos em disputa e os riscos do processo privatista que se instaura no Brasil. O segundo artigo, na mesma perspectiva, aporta reflexões sobre a mercantilização da saúde, dando visibilidade as novas configurações do trabalho nessa área e a precarização das condições de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais onde se materializa a política. Dando continuidade, a produção seguinte versa sobre as transformações na organização do trabalho na contemporaneidade, transformações estas marcadas por intensos processos de precarização e seu impacto na saúde do trabalhador e da família, trazendo como contraponto as conquistas obtidas a partir do sistema de proteção social brasileiro. Por fim apresenta-se um artigo que resulta de pesquisa realizada em ambulatório de saúde mental, tendo como tema o alcoolismo feminino. A produção destaca as circunstâncias do início do uso do álcool pela mulher alcoolista e as condições que determinam a busca pelo tratamento.

Espera-se que a socialização dos conhecimentos aqui sistematizados possa contribuir para instigar novas reflexões e debates, bem como o aprofundamento de estudos sobre os temas problematizados.

Boa leitura a todos e todas!

Verão de 2010.

*Jane Cruz Prates\**

*Beatriz Gershenson Aginsky\*\**

---

\* Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora da FSS e professora e Coordenadora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS/Brasil. E-mail: [jprates@pucrs.br](mailto:jprates@pucrs.br).

\*\* Bacharel em Serviço Social e Direito, especialista em Direitos Humanos pela ESMPU/UFRGS, doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, professora e Diretora da FSS/PUCRS e professora do PPGSS da FSS/PUCRS, Porto Alegre – RS/Brasil. E-mail: [aguinsky@pucrs.br](mailto:aguinsky@pucrs.br).

## Referências

- COUTINHO, Carlos N. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FONTES, Virgínia. Novas encruzilhadas e velhos fantasmas. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- IAMAMOTO, Marilda V. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2004.
- MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização*. 3. ed. São Paulo: Globo, 1998.
- POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- PRATES, Jane Cruz. Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social. Tese de Doutorado. FSS/PUCRS. Porto Alegre, PUCRS, 2003.
- \_\_\_\_\_. Projeto ético-político, pesquisa, formação e a produção intelectual do Serviço Social nas últimas três décadas. Brasília, CBAS, Anais do Evento, CD, 2010.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 87. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SEVERINO, Antônio J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1993.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2004.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise B. B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.